

— 199 —

cionais. Elas estão presentes no observador da trégua na Palestina; no técnico que, com seus conhecimentos especializados, coopera nas companhias de reabilitação dos fisicamente incapacitados na Jugoslávia; nos componentes da missão que realiza estudos locais sobre as condições de vida dos índios que habitam nos altiplanos andinos; na equipe que trabalha na prevenção da febre aftosa na Colômbia; nos especialistas em estatística e administração pública que colaboram com as repartições governamentais da Bolívia; em todos os seus representantes que trabalham no combate sem quartel às doenças, à desnutrição e à ignorância.

A Organização das Entidades Não Governamentais do Brasil, elegendo como seu objetivo, a tarefa fascinante, complexa e árdua de difundir os princípios e as realizações da ONU, aceitou, com pleno conhecimento de causa, todas as dificuldades que sabia iriam se antepor aos seus propósitos e, num trabalho perseverante, cheio de fé e entusiasmo, sem esmorecer, sem desanimar pelos lentos e diminutos progressos alcançados no campo de penetração das massas indiferentes, antes estimulada pelos obstáculos e atraída, irresistivelmente, pelo ideal, continua a cumprir a parte que lhe coube nesse concerto maravilhoso que, um dia, reunirá, em harmonia perfeita todos os homens.

Há os que pensam que o mundo está baseado na força. A filosofia cristã nega que o homem tenha sido criado para a guerra, seja entre nações, seja entre classes e afirma de maneira positiva que a paz universal é inevitável a que todos os homens somos irmãos e que Deus é nosso pai!"

Era o que tinha a dizer. (*Muito bem; muito bem*).

O SR. FONSECA E SILVA — (*Para explicação pessoal*) — Senhor Presidente, antes de dar início às minhas considerações, quero agradecer a V. Exa. a oportunidade que se me oferece de falar no presente momento e nesta hora regimental, pois é a primeira vez no período legislativo deste ano que tenho a honra de ocupar esta tribuna, embora tenha meu humilde nome repetidamente constado no livro das inscrições, quer para Breves Comunicações, quer em Explicação Pessoal. Não vai em minhas palavras qualquer significação de um protesto. Absolutamente. São fatalidades impostas pelo próprio Regimento da Casa.

Como se trata de assunto de responsabilidade, qual seja o da mudança da Capital Federal, é de meu interesse, a bem da verdade e de fatos históricos, traçar os rumos destas ligeiras considerações por escrito. História não se inventa nem muito menos se improvisa. Como estudioso dessa ciência, daqui o meu escrúpulo e a responsabilidade que deve presidir o conteúdo dessa minha oração.

Senhor Presidente!

Senhores Deputados!

Assomo a esta tribuna para focalizar alguns aspectos, pelo lado histórico, do problema que no momento agita a opinião nacional e marca a imortalidade de um Presidente da República: o problema de interiorização da Capital Federal.

Antes, com a devida venia, de iniciar as minhas considerações, eu quero fazer desta tribuna um veemente apêlo à douta Comissão Parlamentar da Mudança da Capital, no sentido de que esta Comissão (composta de tão ilustres Deputados e de todas as correntes partidárias e de todas as regiões do Brasil), tenha um exercício normal e apareça de público, através de repetidas reuniões, no objetivo, mais do que necessário, mais do que oportuno e urgente de acompa-

— 200 —

nhar o palpitante problema. Certa imprensa já se apresenta através de notas irônicas e comentários menos verdadeiros. E' a voz do capitalismo imobiliário que está falando. Urge nova vida, urge sangue novo nos destinos da importante Comissão, no sentido de que este magno problema seja estudado, debatido e defendido, e que a Nação seja esclarecida sobre matéria discutida em três Constituintes, remarcada em três Constituições, latente em diversos movimentos revolucionários, pregada por eminentes mestres do Direito e da História, repisada, finalmente, por vários eméritos constitucionalistas da matéria.

O Sr. Antunes de Oliveira — Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. FONSECA E SILVA — com muito prazer.

O Sr. Antunes de Oliveira — Senhor Deputado, estou de pleno acôrdo no esforço que V. Exa. está fazendo a fim de despertar de tão magno problema. Esta Comissão precisa sair de seu sono e agir, porque, se certa imprensa ironiza a mudança da Capital para o Planalto Central do Brasil, a imprensa equilibrada aplaude a idéia. E não só esta imprensa, mas tôdas as fontes que estudam o problema no ponto de vista patriótico, social, econômico, e de tantos outros, que acreditam que a Mudança da Capital é uma idéia que deve ser imediatamente posta em prática. Ainda mais, quero que V. Exa. registre no seu discurso, que interpreto o pensamento do Amazonas, quando digo que a Capital do Brasil deve ser mudada mais breve possível para o lugar, cujos limites determinou a Comissão Técnica presidida pelo Sr. Marechal José Pessoa. Saíamos da Capital provisória do Brasil e passemos para a sua Capital definitiva.

O SR. FONSECA E SILVA — Agradeço o aparte de V. Exa. que muito me honra e enobrece o meu

discurso. Quero frisar, entretanto, a felicidade de suas palavras, quando diz que a Capital do Brasil deve ser mudada para o Planalto Central. Ainda mais: o aparte de V. Exa. é oportuno, porque no decorrer da minha oração eu vou ter oportunidade de fazer um apêlo no sentido de fazermos do problema da Mudança da Capital uma Nova Confederação do Equador, pela realização de tão importante movimento nacional.

O Sr. Anisio Rocha — Quero dar o meu depoimento no sentido de que V. Exa. tem sido um dos principais batalhadores pela concretização do plano que visa a mudança da Capital da República para o Planalto Central.

O SR. FONSECA E SILVA — Registro com prazer o aparte do nobre companheiro, salientando também a sua palavra sempre alerta em prol da Mudança. Muito obrigado a Vossa Excelência.

Retornando às minhas considerações, Sr. Presidente, aqui fica o meu apêlo à Comissão Parlamentar da Mudança da Capital, para que seja agitado o problema, tomando conhecimento do assunto em marcha e apareça no comando desse movimento nacional. Aí está o passo definitivo que vem do honrado Sr. Presidente da República, que fêz constar sua plataforma de candidato ao Governo da República, como um dos primeiros problemas de seu Governo, a Mudança da Capital Federal, conforme mensagem recentemente mandada a esta augusta Casa.

O Sr. Frota Aguiar — Parece-me, não exista outra opinião, quanto à localização da futura Capital Federal. A opinião geral dos técnicos é de que a localização deve ser no Planalto Central de Goiás. Acho, portanto, que não deve haver receio de que se esteja cogitando de outro local. Eis por que estranho o cuidado que estou sentindo no discurso de V. Exa., em referência a outra opinião a respeito.

— 201 —

O SR. FONSECA E SILVA — O aparte de V. Exa. é muito valioso para o assunto e para mim. Mas, em se tratando do lugar privilegiado ou escolhido pelos técnicos da Comissão daqui o meu escrúpulo. Mas, mesmo assim, eu tenho receio de alguma Duquesa de Enguleme que possa aparecer nesta hora histórica. Ainda há poucos dias o nosso ex-líder, o ilustre mineiro Deputado Gustavo Capanema, ventiloou a idéia de que a Capital, se transferisse para Lagoa Santa. Salvo melhor juízo, S. Exa. falou de modo categórico e a imprensa deu ampla publicidade de sua opinião. E posso adiantar que na mesma bancada da representação mineira, no Senado, ha alguém que pensa de igual maneira.

O Sr. *Frota Aguiar* — Mas acho que prevalecerá sobre a opinião do ilustre Deputado Gustavo Capanema a do atual Presidente da República, que, nas suas excursões políticas, sempre demonstrou o desejo de que a Capital Federal fosse localizada no Planalto de Goiás. Nada precisamos de receiar, portanto.

O SR. FONSECA E SILVA — De fato, o Sr. Presidente da República pregou a Mudança da Capital e agora está cumprindo a sua palavra, conforme recente mensagem ao Parlamento Nacional. Vide Projeto número 1.234-1956. Mas, quando S. Exa. fala sobre o Planalto de Goiás repete o pensamento da Comissão Técnica que escolheu esse lugar.

Senhor Presidente, retorno ao meu discurso. Como representante do povo goiano, jamais desvaneceu em mim e nos meus gestos de homem publico, um minuto da defesa desse dispositivo constitucional: INTERIORIZAÇÃO da Mudança da Capital da República, ou seja a sua localização no Planalto Central Brasileiro. A prerrogativa de preferência quanto ao sítio privilegiado, o Planalto Goiano, é de exclusiva competência técnica da Comissão que norteou as-

sunto de tão transcendental vitalidade. Comissão composta de sábios, pesquisadores em todos os setores da matéria estudada, de especialistas de todos os matizes de renome nacional e internacional, quer no século passado, quer, sobretudo, em nossos dias, pela atualização do assunto em face dos requisitos modernos que regem agrupamentos humanos, quando se estuda, se prepara a construção de uma cidade, cabeça política e econômica de nossa Pátria.

Deixo de focalizar a parte técnica e militar, que qualificou a preferência da localização da Nova Capital Federal para Goiás, para protestar aos sábios, aos técnicos, aos especialistas, civis e militares o meu solene ato de fé, na competência de suas culturas e na responsabilidade de suas funções, em face do "maior problema nacional", como muito bem disse o Marechal Rondon. A Mudança não é só um problema político, na acepção da palavra. Mas é acima de tudo, um problema geo-econômico de braços dados com o problema geo-político, em face as distribuições equitativas entre o Governo Central e as distâncias dos nossos lugares. Como epilogo dessas minhas considerações, transcrevo as comparativas dessas distâncias, entre o sítio privilegiado e as Capitais dos Estados Brasileiros.

O Sr. *Medeiros Neto* — Nobre e ilustre colega, conspiram em função da tese que V. Exa. expende com tanto brilhantismo não só razões de ordem política, senão, também, e principalmente as de ordem econômica. Fui, desde a Constituinte de 46, um daqueles que sempre patrocinaaram esta nobre causa da interiorização da Capital da República.

Nesta Metrópole, no Rio de Janeiro, já não se compreende a sua permanência, principalmente por esse fato constante arguido nesta Casa, isto é as conseqüências, as revoltas...

O SR. FONSECA E SILVA — Muito bem. V. Exa. é uma autoridade competente para emitir tão valiosa opinião. Acato a sua palavra autorizada.

O Sr. *Medeiros Neto* — V. Exa. sabe que por durante aquêle período em que a Escola Militar esteve no Realengo ou na Praia Vermelha, em todos os movimentos de sublevação nacional convergentes para a inversão das normas do regime que nós esposamos, ela se constituía a vanguardeira. No dia em que a Academia Militar passou para aquêle novo prédio nas Agulhas Negras, a Capital da República começou a sentir a realidade do País, através do poder civil que não sofre o guante e a pressão das Forças Militares.

O SR. FONSECA E SILVA — Eu agradeço o aparte de V. Exa., que se incorpora no meu humilde discurso com muita precisão. O Estado de Alagoas já nos deu exemplo de como se pode mudar uma Capital; em 1839 surge a encantadora cidade de Maceió, Capital do Estado de V. Exa., tão dignamente, tão cuidadosamente e tão ardorosamente representada nesta Casa de Tiradentes.

O Sr. *Colombo de Souza* — O Brasil é, na realidade, país interessante. Tem uma Constituição escrita, onde encontra o mandamento expresso de que deve mudar sua Capital para o Planalto Central. Logo, Sr. Deputado, impossível é mantermos a discussão nestes termos: devemos ou não cumprir a Constituição? Assim a argumentação nesse sentido deveria ser feita como premissa para uma reforma da Constituição. Enquanto, porém, a Constituição estiver em vigor, deve-se dar cumprimento ao mandamento constitucional e transferir quanto antes, a Capital do País para o interior.

O Sr. *Frota Aguiar* — Salvo se houver algum impedimento.

O SR. FONSECA E SILVA — Considero o aparte de V. Exa. de

muita oportunidade. Vem sobremaneira ilustrar as minhas considerações. Vossa Excelência responde aos grandes matutinos desta cidade do Rio de Janeiro, quando fala da letra da Constituição, quando fala desse imperativo constitucional. Aliás V. Exa. já se consagrou como um dos baluartes da mudança da Capital. Quando da posse do Sr. Juscelino Kubitschek à Presidência da República, todo mundo ficou sabendo daquelas palavras de V. Exa., ditas em um momento tão solene: que S. Exa. mude a Capital, o resto virá depois. E' de autoria de V. Exa. um projeto de lei que proíbe construções do Governo Federal aqui no Rio de Janeiro e finalmente as recentes declarações de V. Exa. sobre a propriedade que o Governo Federal exerce sobre o local escolhido pela Comissão Técnica, conforme está literalmente inscrito na Carta de 46, nas Disposições Transitórias no seu artigo 4.º. V. Exa. é dono da tese que não deve haver desapropriação da área, porque esta área *ipso facto*, desapropriada uma vez seja o local privilegiado. Peço desculpa a Vossa Excelência se bem não tenha interpretado o pensamento jurídico de V. Exa., sobre tão profunda matéria.

O Sr. *Colombo de Souza* — Agradeço a V. Exa. as lisongeiras referências e posso declarar a V. Exa. que a Câmara tem todo empenho de ouvir o discurso que V. Exa. está proferindo.

O SR. FONSECA E SILVA — Senhor Presidente, como o meu tempo é escasso, e agradecendo as honrosas interferências dos meus ilustres colegas, interferências que muito vêm ilustrando as minhas considerações, peço ao Plenário desta Casa, que me está ouvindo com tanta caridade, para continuar a exposição histórica que preside e domina o assunto deste discurso.

A interiorização da Capital do País não é uma idéia de nossos dias, muito menos uma paixão pla-

tônica dos goianos e Estados circunvizinhos. É um determinismo da consciência nacional. Ela nasceu com a evolução de nossa gente. Quando da opulência do ouro nos séculos 17, 18 e 19, quando se proibia nas minas de Goiás e Mato Grosso que houvesse agricultura da cana-de-açúcar e roças em geral e que os filões de ouro eram a única condição de existência de nossos lugares, é oportuno registrarmos aqui à guisa de justiça e de função histórica o nome de quem primeiro falou na idéia de interiorização da Capital do Brasil. Este nome é o do cartógrafo, senão o primeiro medidor de nossas terras e planejador de nossos caminhos em pleno século setecentista, Francisco Tosse Columbina, discípulo do jesuíta Gabriel Soares, essa primícia histórica do nocivismo anhanguerino, que em 1750 já trabalhava em Goiás, conforme documentação deixada por Capistrano de Abreu e citada por Azevedo Pimentel da Comissão Cruls. Toda essa documentação se acha na sessão de cartografia da Biblioteca Nacional e no Arquivo Mineiro, como remanescente do acervo histórico que pertencera ao Visconde de Linhares em Portugal.

O movimento da Inconfidência Mineira de 1779 coloca ao lado da flâmula da idéia de nossa independência política, a idéia fixa de se arrancar do Rio de Janeiro a sede da prepotência lusitana. Para não ficarmos dentro de nossas aspirações, longe de qualquer passagem histórica em que o Embaixador inglês, em 1809, William Pitt, discorrendo sobre o poderio quanto ao Brasil, que se mudasse a sua Capital, para o interior do País. Numa homenagem ao Velho Portugal lembrava o nome de Nova Lisboa.

O "Correio Brasiliense" que circula de 1803 a 1822, sob a direção do intemorato José Hipólito da Costa Pereira Furtado de Mendonça, transformou-se na pira ardente na defesa da interiorização da Capital do Brasil. Dizia êle: "Para o

Sertão, no interior central e imediato às cabeceiras dos grandes rios que se dirigem ao norte, ao sul, ao nordeste e ao sueste. É a primeira fonte histórica que focaliza o sitio privilegiado do Planalto Central Brasileiro.

É oportuno que se lembre aqui a influência dos Andradas no evento da idéia. Homens da governança de São Paulo, em 1821, João Carlos Augusto Ugenhausen, presidente, José Bonifácio de Andrada e Silva, vice-presidente e Martin Francisco Ribeiro de Andrada, secretário, dirigem aos nossos deputados ao Congresso de Lisboa um veemente apêlo, objetivando a mudança da Capital do Brasil.

O SR. PRESIDENTE — Peço licença para interromper o ilustre orador, a fim de submeter ao plenário requerimento de autoria do Deputado Aureo de Melo, de prorrogação da sessão por 15 minutos, para explicação pessoal.

Os Senhores que aprovam o requerimento, queiram ficar como estão. (Pausa) Aprovado.

Continua com a palavra o nobre Deputado Fonseca e Silva.

O SR. FONSECA E SILVA — Agradecido.

Diz o preciso documento: Será muito útil que se levante uma cidade central no interior do Brasil, para assento da Côrte ou Regência, lembrando, naquela época, o nome batismal de Brasília.

Em 1823, na Constituinte de nossa primeira Carta Magna, é o mesmo José Bonifácio de Andrada e Silva que apresenta na sessão do dia 9 de junho a emenda histórica, instituindo para o Brasil o diploma constitucional da Mudança da Capital do Império. E a idéia passa agora para as cogitações doutrinárias de conspícuos historiados. É o diplomata e Ministro de Estado, inegavelmente grande historiador, Francisco Adolfo Varnhagem, o futuro Visconde Pôrto Seguro, a comandar a idéia da mudança da Capital do Império, assinalando as cabeceiras das grandes

bacias hidrográficas da potamografia brasileira. Do Planalto Central de Goiás nascem: o Tocantins, o Paranaíba e o São Francisco, respectivamente a bacia do Amazonas, do Prata e a Francisca, na concepção geo-econômica da centralização do poder político no centro geográfico do Brasil.

A República de 89 consagra o problema da Mudança da Capital Federal estereotipada na Constituição de 91, idéia repetida na Constituição de 1934, confirmada e ampliada da atual Carta Magna.

Todos os Presidentes da República falaram da grande idéia em suas plataformas. Mas merecem registro histórico, a bem da verdade, o Marechal Floriano Peixoto e, mais perto de nós Epiácio Pessoa, em 1922, o qual por um admirável trabalho parlamentar do saudoso Americano do Brasil, reviveu o assunto. Em nossos dias, desde o Marechal Eurico Gaspar Dutra, todos os Presidentes da República tiveram os seus nomes ligados ao problema da Mudança da Capital, através de atos oficiais objetivando alguma realização da idéia em marcha.

Mas, Sr. Presidente e Senhores Deputados, à margem de um imperativo constitucional, em que pese o desequilíbrio demográfico de nossa Pátria, desequilíbrio há bem pouco quase total entre a orla marítima e a interlândia brasileira, dir-se-ia, os muros da Serra do Mar e os encantos das praias do Atlântico, vêm em abono da grande empresa os exemplos da História pátria.

Em pleno século da exuberância do ouro, da expansão das bandeiras de São Paulo, das entradas baianas, das monções de Mato Grosso, e, em Portugal, a coroa de Dom José I, cujo governo ficou célebre pela governança do Marquês de Pombal, em 1763, muda-se a Capital do Brasil, da Bahia para o Rio de Janeiro.

No período colonial, três grandes Vilas, três cabeças de Províncias, tornaram-se célebres pela

projeção na Vida nacional. Vila Rica de Ouro Preto foi o cenáculo, de cujo recinto saiu concretizada pela dedicação, pelo heroísmo e pelo martírio a flâmula, vencedora de nossa liberdade "Libertas que será também". Vila Bela de Mato Grosso transformou-se na sentinela vigilante da integridade territorial para os lados dos Andes, de que Raposo Tavares foi o valente soldado bandeirante no reconhecimento e demarcação de nossos lugares. Vila Boa de Goiás, a mais distante cidade da interlândia brasileira, foi a grande esquecida. Sofreu na sua vida de núcleo humano a devoração total do Saturno português na extração de seu ouro. Mas, do seu solideu episcopal brotou a primeira pastoral concludendo pela nossa alforria política, emanada de um Bispo Cego, "contra os ferros que estão amarrando os nossos punhos". Infelizmente, um documento pouco conhecido dos estudiosos do assunto. Pois bem, Senhores Deputados: Vila Bela de Mato Grosso muda-se para a cidade Verde do Cuiabá, nas horas calorentas de nossa Independência; Vila Rica de Ouro Preto, para os campos altos de Belo Horizonte, em 1897, e a querida Vila Boa de Goiás, para o altiplano fecundante de Goiânia em 1942.

No mesmo ritmo de bem servir à terra, de melhorar as condições humanas na expansão geográfica de nossos lugares em 1804, o Amazonas muda a sede de seu Governo da Cidade de Barcelos para a sorridente Manaus. Em 1839, surge Maceió, cujo governo até então presidia os destinos da terra de Deodoro na cidade de Alagoas. O Estado do Piauí muda a sua capital, em 1852, de Oeiras para Teresina. Sergipe teve a sua capital em São Cristóvão até 1855. O Estado do Rio de Janeiro teve o seu governo em Petrópolis desde 1894.

Os movimentos de caráter revolucionário que enobrecem as páginas de nossa história emprestam exemplos de significativa expres-

são, em que as capitais se mudaram, revolucionariamente, dentro dos anseios que objetivaram a nossa independência política. A República Sul-riograndense de 1838, criou Viamão. O movimento equatorial de 1817 preparou Recife em detrimento de Olinda. A minha Província de Goiás também teve a sua história, quando o Norte, sob a chefia do admirável Padre Luiz Bartolomeu Marques, se rebelou contra o lusitanismo de Vila Boa e instalou na cidade de Palma a capital de sonhada república, cuja idéia fora abafada pelo grito do Ipiranga. Quase todas as revoluções no Brasil tiveram as suas Capitais, que se mudaram e se movimentaram na proporção da marcha de suas lutas.

É com estas considerações, Sr. Presidente e Senhores Deputados, que lanço do alto desta tribuna o mais veemente apêlo, no sentido de que se instale nesta Casa uma nova Confederação do Equador pela efetivação da Mudança da Capital.

Já existem sobre o matéria diversos atos oficiais de vários Senhores Presidentes da República. Todos os congressos de objetivos econômico-sociais e culturais tratam do assunto através de resoluções e apelos. Constituiu objetivo de grande estudo e de forma de resolução imediata a Reunião dos Senhores Governadores da Bacia Uruguai e Prata; Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, e agora a sorte está lançada: ou cumprimos o estatuto constitucional ou vamos assistir à maior farsa de uma civilização. Já alguns matutinos se movimentam através de críticas tão indignas quanto chelas de neologismos degradantes. Para essa grande imprensa, a Constituição só existe nas horas dos movimentos demagógicos e menos de construção de uma obra nacional. São guardiões de uma democracia que lhe esteja aos serviços de conveniências publicitárias. Nessa conjuntura, o Presidente da Re-

pública, dentro do solar do Conde de Friburgo, é um eterno alvo dessa grande imprensa, a vanguardeira na defesa do capitalismo imobiliário da cidade do Rio de Janeiro. É contra os mistérios dessa força perigosa que o Congresso terá que reagir e lutar. Pouco interessa aos donos de arranha-céus, custeados pelo dólar do judaísmo internacional e, desgraçadamente financiados em grande parte pelas contribuições mensais dos sócios de Institutos de Previdência, pouco interessa essa equipe de "Sua Magestade o Dinheiro", como muito bem qualifica o economista André Fourgeaud, o excesso de uma população que se acotovela e se amontoa, sem água, sem luz, falta-lhe o teto e falta-lhe até o local para construir esse teto, falta-lhe o meio da locomoção urbana em um perímetro de 25 quilômetros diários, para uma cidade que cresce demograficamente de modo assustador. Em contrapeso a esses fatores, é o ruralismo abandonado, sem escola e sem médicos, sem estradas e assistência social. O Brasil ainda olha para os continentes daqueles que nos conquistaram pela história e nos amarram pelos tratados internacionais, como se ainda sobre nós pesasse aquele clima colonizador dos séculos 17, 18 e 19. A Capital Federal no interior do Brasil e o primeiro passo para essa independência econômica, pela valorização dos nossos lugares através do aproveitamento das nossas reservas encravadas nos recursos naturais daquela faixas esquecidas e separadas da governança controlada pelos efeitos imediatos de acordos políticos.

Nas conjunturas sociais e econômicas do momento histórico que vivemos, não podem subsistir concomitantemente, dentro do Rio de Janeiro, o Executivo Federal e os destinos políticos e sociais da cidade de Estácio de Sá. A uma população de quase 3 milhões de habitantes não se impõe a vontade de um só homem quando da escolha de seu governante. O saudoso Pe-

— 206 —

dro Ernesto deixou o gabinete de Prefeito do Distrito Federal para entrar nas grades de uma cadeia, porque discordou politicamente do então detentor do Governo do Brasil. Em decorrência de acordos políticos, o Prefeito dessa grande Metrópole é um títere das vontades e oscilações partidárias do bloco político que elege o Presidente da República.

Sr. Presidente, muito de propósito é oportuno, fazermos, neste momento, uma digressão, em abono da tese que ora preocupa esta Casa e agita o povo carioca. Reporto-me à emenda constitucional que outorga ao Povo do Rio de Janeiro a sua independência política, ou seja a "Autonomia do Distrito Federal". E para fatos políticos não há como estabelecermos números e citarmos dados estatísticos. De 1892 até nossos dias, já passaram pela Prefeitura do Distrito Federal nada menos de 43 prefeitos. Dêstes:

— 10 (dez) governaram mais de dois anos.

— 9 (nove) administraram o grande município no espaço de um ano e alguns meses;

— 24 (vinte e quatro) geriram os destinos da Cidade do Rio de Janeiro, por alguns meses. No meio dêstes 6 (seis) governaram por alguns dias.

De 1945 a 1955 passaram pela Prefeitura do Distrito Federal 71 secretários.

Além das inconveniências dessa volumosa sucessão para uma administração pública, constitui o maior entrave ao progresso e aos anseios do povo carioca a escabrosa ingerência do Catete nos destinos administrativos do Distrito Federal. Daqui o escândalo do gasto de 98% da renda municipal para o sustento do fucionalismo. Os cargos não são criados para uma função técnica, mas para esse ou aquele pupilo, em que o Presidente da República, por gratidão partidária, por ligação de família, por predileção de amizade, por recompensas ocultas se apresenta peran-

te a opinião pública como o único responsável. A mudança da Capital é, no momento histórico, a espada de dois gumes, o imperativo de uma consciência nacional. Liberdade ao povo carioca e assistência ao interior do Brasil.

A interiorização da Capital Federal equilibra as distâncias, equilibra os "fatores" e dá ao Presidente clima e espaço de mais aproximação com as populações brasileiras. O Governo deixa a política da extremidade para passar ao tórax, onde reside a força motora do organismo humano. Daí o topônimo consagrado de "Coração do Brasil", com que sonhou Porto Seguro, quando frisou as cabeceiras das três grandes bacias da potamografia brasileira, no Planalto Central de Goiás.

Apelo para esta Casa, dizendo que é chegado o momento. A pedra de toque moveu-a o honrado Sr. Presidente da República. Agora urge que vença à onda dos turvadores e se entregue o Brasil aos destinos sonhados por várias gerações, levando para o interior do seu corpo geográfico a sede do Governo da República. (*Muito bem; muito bem, Palmas*).

Ao finalizar estas apressadas considerações, eu quero, desta tribuna, como homem do interior, afeito a tôdas as intempéries, em contato com tôdas as grandezas que os recursos naturais proporcionam ao futuro do Brasil, deixar bem patente que a presença do Governo é que cria e faz crescer os valores de nossos lugares. Um dos fatores do atraso do Brasil Central é a ausência do Governo pela assistência médico-social, pela educação, pela falta de estradas. Quanto mais distante o administrador, menos o serviço rende. Disse um viajante estrangeiro ainda em nossos dias, que "as distâncias é que matam os nossos lugares". Os aviões voam, põem em contato as nossas cidade, mas não resolvem os problemas econômicos e não transportam os gêneros de primeira necessidade. A causa princi-

pal dêsse atraso é a ausência do centro político-administrativo com o centro geo-físico da nossa pátria. Bem já dissera o geógrafo alemão Ratzel que toda a teoria da localização da Capital de um País está na sua centralização geofísica. Para Pôrto Seguro é o coração político de onde procedem todos os movimentos, todas as funções político-sociais. Sr. Presidente, quero deixar bem patente as minhas homenagens de confiança na firmeza do Sr. Presidente da República, Sr. Juscelino Kubitschek, como o homem providencial, para a grande marcha, ao Sr. José Ludovico de Almeida, pela cooperação sempre constante, como o homem da terra, em prol da grande obra, ao Sr. Marechal José Pessoa, pela dedicação apostólica pelos seus trabalhos de toda hora em benefício de uma aspiração que vem de dois séculos.

Finalmente, ilustro estas minhas considerações, com os dados precisos que me chegam às mãos, remetidos pela Comissão Pró-Mudança da Capital, instalada no Brasil Central. São informações e sugestões que elucidam os agnósticos, os que não se interessam pelo maior problema nacional: A mudança da Capital da República para o interior do Brasil:

A NOVA CAPITAL FEDERAL

Altitude máxima 1.248 metros
 Altitude mínima 940 metros
 Temperatura média 19 graus

Distâncias às capitais estaduais

Aracajú	1.270
Belém	1.575
B. Horizonte	725
Boa Vista	2.490
Cuiabá ..	925
Curitiba ..	1.110
Florianópolis	1.240
Fortaleza	1.660
Goiânia ..	125
João Pessoa ..	1.685
Macapá ..	1.770
Maceió ..	1.455
Manaus	1.940
Natal ..	1.750

Por força do determinismo geográfico, a escolha do local para a Nova Capital da República recaiu em território do Estado de Goiás, unidade central do país.

2. Dado isto, o Governo goiano que, encarando o problema sob o estrito ponto de vista dos interesses nacionais, sempre colaborou ativamente no sentido de lhe abreviar a solução, sente-se agora no dever de intensificar essa colaboração e assim o tem feito, desde quando teve conhecimento da decisão da Comissão de Localização da Nova Capital, como bem o demonstram as seguintes providências que nos coube tomar:

a) — Promulgação do Decreto número 480, de 30 de abril de 1955, que fez a divulgação oficial da área escolhida e a decretou de utilidade pública, para efeito de desapropriação, evitando as especulações a que fatalmente estariam sujeitos os terrenos demarcados.

b) Promulgação do Lei n.º 1.071, de 11 de maio de 1955, que autorizou o Poder Executivo a efetivar a desapropriação prevista no ato anterior.

c) — Promulgação do Decreto número 1.258, de 5 de outubro de 1955, que criou a Comissão Estadual de Cooperação para a Mudança da Capital, incumbida de coordenar as atividades dos órgãos da administração estadual em torno da mudança, e de promover os estudos e entendimentos necessários à desapropriação da área escolhida.

d) — Construção de um campo de pouso para aviões, com uma pista de 2.700 metros, no local onde será efetivada a nova Metrópole brasileira bem como de estradas de acesso àquele local.

e) — Efetivação da primeira desapropriação levada a efeito na área referida, atingindo os terrenos expropriados 4.300 alqueires, pelo valor de Cr\$ 3.870.000,00.

f) — Publicações destinadas a manter em agitação o problema e a mobilizar a opinião pública na-

— 208 —

**Do CENTRO para a PERIFERIA
a irradiação do progresso
estenderá nossos limites econômicos
até as fronteiras geográficas do território nacional**



cional em torno do mesmo como ainda diversas outras providências da mais variada ordem, inclusive as que estão sendo tomadas pela bancada goiana no Congresso Nacional, unida inteiramente nessa campanha, com absoluta abstração de qualquer partidarismo político.

3. A transferência da Capital Federal para o interior, problema tão antigo quanto a própria nacionalidade, prevista em tôdas as Constituições Republicanas e que já algumas vèzes se viu objeto de amplos e intensos movimentos, destinados a convertê-la em realidade, nunca esteve tão perto de se concretizar como nos dias atuais

quando encontra inclusive o apoio da mais alta autoridade da República, o Senhor Presidente Juscelino Kubitschek, bastando lembrar a aprovação unânime, em data recente, pela Comissão de Justiça da Câmara Federal, do projeto de lei que baixa as últimas e definitivas medidas sôbre a realização da mudança.

4. Por isto mesmo, o problema deve agora atravessar sua fase crítica, pois, ante a iminência de concretização da transcendental medida, hão de se mobilizar sem dúvida as forças adversas, constituídas dos grupos econômicos que julgam a mudança prejudicial aos

seus particulares interesses, aos quais impatrioticamente subordinam a própria grandeza da Nação.

5. Cumpre, assim, a todos os brasileiros conscientes da realidade nacional e verdadeiramente amantes de sua Pátria, desenvolver, por tôdas as formas, cada um na medida dos respectivos recursos e através dos meios que suas próprias atividades normais possam oferecer, a mais ativa e intensa campanha em prol da mudança daqueles grupos.

6. Essa campanha deve objetivar sobretudo o esclarecimento e a mobilização da opinião pública, com demonstrações da extrema necessidade da mudança, como medida de salvação nacional, e das suas imediatas vantagens gerais para todo o país, inclusive para a própria cidade do Rio de Janeiro, atual Distrito Federal, demonstrações estas dentre as quais se podem destacar:

VANTAGENS GERAIS PARA O PAÍS

a) Sabemos que o *Perigo de Guerra* é sempre iminente, apesar dos esforços das Nações em busca de uma fórmula para o estabelecimento da paz universal, assim como sabemos também que, em caso de invasão, o primeiro e mais importante objetivo dos invasores é sempre a Capital do país invadido.

Ora, digam o que disserem os adversários da mudança, a verdade é que a interiorização da Capital constitui fator de **SEGURANÇA NACIONAL**, sobretudo num país cujo território mede mais de oito milhões de quilômetros quadrados.

b) E' princípio e norma de *administração*, de comprovado e indiscutível ocêrto, que toda Chefia deve localizar-se em ponto equidistante dos diversos setores de trabalho.

Instalado no centro, o Governo Federal poderá, indiscutivelmente,

atender melhor às necessidades gerais da comunidade nacional, em todos os quadrantes do país

c) Ademais, sabemos como os problemas locais do Rio de Janeiro, inclusive os de ordem político-social, dia a dia mais sérios e mais graves, absorvem inteiramente as atenções e os recursos do Governo da Republica.

A mudança da Capital para o interior, onde não há nenhum daqueles problemas, permitirá que a Administração Federal volte a ocupar-se dos problemas nacionais.

d) O mais sério problema do Brasil é o despovoamento do seu interior, enquanto que o problema mais grave do Rio de Janeiro é o superpovoamento.

A instalação da Capital Federal no centro do país promoverá o imediato deslocamento de grandes correntes humanas do litoral para o interior, inclusive parte da população do Rio de Janeiro, proporcionando, assim, a mudança do Distrito Federal, a solução imediata daqueles dois problemas.

e) Um dos primeiros e mais importantes benefícios que a mudança da Capital trará, por imperativo das próprias necessidades do Governo, será a construção de ferrovias e rodovias destinadas a ligar, em tôdas as direções, o Distrito Federal às fronteiras do país, com o que se obterá de pronto o aumento da produção, cujo maior entrave é a falta de transporte rápido e barato, a que se seguirá forçosamente o barateamento da vida.

VANTAGENS ESPECIAIS PARA O RIO DE JANEIRO

a) A concentração demográfica é inevitável em toda Capital, onde se reúne maior número de funcionários públicos, os membros do Poder Legislativo, o pessoal das Embaixadas e ainda o elevado número de pessoas que, em média permanente, vêm dos mais diversos pontos do país para tratar de seus interesses junto aos órgãos do Governo.

Essa concentração numa cidade como o Rio de Janeiro, que é também um dos mais procurados centros de turismo da América Latina e um dos principais portos do país, teria fatalmente que causar, como causou, o denso congestionamento humano que é o responsável por todos os males da antiga "Cidade Maravilhosa".

Era o que tinha a dizer. *Muito bem; muito bem. Palmas*).

O SR. AARÃO STEINBRUCH (*Para explicação pessoal*) * — Senhor Presidente, quatro minutos são bastantes para a reclamação que desejo fazer.

Sr. Presidente, foi construída por integrantes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados uma Comissão Mista de Reforma da Consolidação das Leis do Trabalho para elaboração de um Código de Trabalho, havendo eu sido escolhido seu Relator-Geral. Entretanto, tive conhecimento de que proposições que saem desta Casa, relativamente a assuntos pertinentes à Legislação Social, quando vão ter ao Senado da República são lá remetidas à Comissão Mista de Reforma da Consolidação das Leis do Trabalho.

Quero nesta oportunidade, Senhor Presidente, solicitar ao Senado da República que revogue a referida resolução, de vez que, constituída essa Comissão há um ano, somente agora é que foram eleitos o Presidente, o Vice-Presidente e o Relator-Geral. Não podem, evidentemente, as proposições que saem da Câmara dos Deputados e que dizem respeito muita vezes a elevados interesses das classes trabalhadoras, ficar tanto tempo à espera que a própria Comissão Mista resolva o assunto, pois essa Comissão Mista foi constituída especificamente para a elaboração de um Código de Trabalho. Por isso faço um apêlo ao Senado da República no sentido de que revogue essa resolução, a fim de que os projetos pertinentes às re-

lações entre empregados e empregadores tenham a sua tramitação normal e ordinária, através das Comissões competentes daquela Casa, entre as quais a de Legislação Social. (*Muito bem; muito bem*).

O SR. FROTA AGUIAR (*Para explicação pessoal*) * — Sr. Presidente, desejava focalizar hoje o assunto referente ao aumento das passagens de bondes nesta Cidade.

Existe na Câmara do Distrito Federal mensagem do Prefeito Sá Lessa relativa à matéria. Estou informado de que a maioria daquela Casa pretende aprovar a mensagem dentro do ponto-de-vista da Companhia Jardim Botânico. Estou informado ainda mais, Sr. Presidente, de que o aumento dos funcionários municipais só virá depois do aumento das passagens de bondes. Isto quer dizer que os interesses do Grupo Light estão acima dos interesses dos humildes funcionários.

Segunda-feira, se Deus quiser, focalizarei mais circunstanciadamente este assunto, que interessa intimamente à economia da população carioca, que tenho a honra de representar. (*Muito bem; muito bem*).

O SR. COLOMBO DE SOUSA (*Para explicação pessoal*) * — Senhor Presidente, apesar da exigüidade do tempo, quero aproveitar a oportunidade para trazer ao conhecimento da Casa e do Sr. Ministro da Viação veemente apêlo que recebi do Município de Icó, Ceará. Não obstante tratar-se de localidade bem povoada, foi fechada há mais de 4 meses sua agência postal-telegráfica.

Assim, ocupo a tribuna na certeza de que o Sr. Diretor-Geral dos Correios e Telégrafos mandará reabrir aquela agência, fechada sem nenhum motivo, porquanto seus habitantes querem a agência aberta, mesmo que seja para pagar as elevadíssimas taxas a que

* Não foi revisto pelo orador.

* Não foi revisto pelo orador.